

**SEJAM
FORTES E
CORAJOSOS!**
(Dt 31,6)



**A ORGANIZAÇÃO E A
LUTA DA CLASSE
TRABALHADORA POR
CONDIÇÕES DIGNAS
DE TRABALHO E
VIDA.**

20ª Assembleia Nacional
11 a 13 de março 2022

www.pastoraloperaria.org.br





Sumário

DESAFIOS MAIS URGENTES NO MUNDO DO TRABALHO, HOJE	3
Desemprego e informalidade	3
Pobres mais pobres, ricos mais ricos	4
Desestruturação do mercado de trabalho e a ação sindical	5
A IGREJA NA DEFESA DA VIDA DA CLASSE TRABALHADORA.....	7
O tema Trabalho para a Igreja do Brasil	9
Diretrizes CNBB 2019-2023	9
ORGANIZAÇÃO E LUTA POR TRABALHO E VIDA DIGNA	11
A Pastoral Operária	11
Demonstrativo dos grupos/núcleos de ação da PO no Brasil:	11



DESAFIOS MAIS URGENTES NO MUNDO DO TRABALHO, HOJE

**Texto adaptado do subsídio do 1º de maio de 2021.*

Desemprego e informalidade

Em uma sociedade salarial, a pior coisa que pode acontecer à classe trabalhadora é a falta de emprego. Assim, em cada crise emerge o problema do desemprego e da informalidade. Tomemos os dados do IBGE, referentes ao trimestre que terminou em janeiro de 2021:

Taxa de desemprego	Taxa de subutilização	Desalentadas/os	Trabalhadoras/es por conta própria	Trabalhadoras/es domésticas/os
14,20%	29%	5,60%		
14,3 milhões de pessoas	34,2 milhões	5,9 milhões	23,5 milhões	4,9 milhões de pessoas
Taxa de informalidade	População fora da força de trabalho	Empregadas/os com carteira de trabalho assinada no setor privado	Empregadas/os sem carteira assinada no setor privado	Rendimento real habitual
39,7% da população ocupada		(sem os trabalhadoras/es domésticas/os)		R\$ 2.521,00
31,1 milhões	76,4 milhões	29,8 milhões de pessoas	9,8 milhões de pessoas	

Acrescentemos a este quadro outras informações do IBGE relativas ao ano de 2020. Nos dados de desocupação revela-se também a desigualdade de gênero: desde 2012 (início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a taxa de desocupação entre mulheres sempre foi mais alta do que entre homens. No final de 2020, a diferença atingiu seu maior patamar: enquanto a taxa de desocupação entre homens foi de 11,9%, a de mulheres, de 16,4%.

O termo **subutilização** se refere às pessoas que são subutilizadas no mercado de trabalho. O seu tempo e remuneração não são totalmente suficientes e gostariam de encontrar mais um trabalho para preencher suas necessidades. O termo **desalentados** refere-se às pessoas que não estão desempregadas, mas desiludidas com o mercado, não buscam trabalho, embora aceitariam uma vaga se alguém oferecesse.

Ademais ocorre uma discriminação do rendimento médio da principal ocupação, entre homens e mulheres: a renda média do trabalho principal é R\$ 579 maior para os homens. Quando o recorte é de raça, os números são estarrecedores: **em 2020, 72,9% da população**



desocupada se declarava preta ou parda. O desemprego entre os pretos é 7,4% era maior do que entre brancos; entre os pardos, 5%.

Além disso, o Brasil mergulhou em um processo precoce de desindustrialização, com graves consequências econômicas e sociais. Ultimamente, fomos surpreendidas/os com o anúncio de fechamento de várias grandes fábricas e o consequente fechamento de empregos:

- ✓ a Ford, com o fechamento de cerca de 60 mil empregos diretos e indiretos;
- ✓ a LG, com o fechamento de 700 vagas diretas;
- ✓ a Mercedes Benz, com o fechamento de 370 empregos diretos.
- ✓ Além disso, de acordo com dados do Sebrae, até março de 2020, pelo menos 600 mil micro e pequenas empresas fecharam as portas e 9 milhões de trabalhadoras/es foram demitidos em razão dos efeitos econômicos da pandemia do coronavírus.

Pobres mais pobres, ricos mais ricos

A pandemia escancarou outra realidade: ela não é igual para todas e todos. Enquanto as trabalhadoras e os trabalhadores veem sua situação se degradar e a pobreza e a fome aumentar, o número de bilionários no Brasil e no mundo só aumentam.

Uma pesquisa feita no final de 2020, em 2180 domicílios, indicou que quase 117 milhões de brasileiras/os conviveram com algum grau de insegurança alimentar e 9% delas/es sofreram insegurança alimentar grave, isto é, estavam passando fome. De acordo com essa pesquisa 19 milhões de brasileiras/os passam fome na pandemia do novo coronavírus.

Já, a pesquisa da Central Única de Favelas (Cufa), Institutos Data Favela e Locomotiva, no RJ, em março de 2021, apontou que 82% da população que vive nas favelas e periferias, não consegue sobreviver sem doações. Para essas pessoas, um auxílio emergencial de valor razoável é fundamental, o qual poderia ser subsidiado pela taxaço sobre as grandes fortunas.

E por falar nisso, a pandemia, está sendo economicamente favorável para os super ricos. O 1% mais rico das pessoas do mundo acumularam uma riqueza de 28 trilhões de reais em 2020. Sozinhos, os 10 maiores bilionários acumularam 540 bilhões de dólares entre março e dezembro de 2020.

O Brasil segue essa tendência: o número de brasileiros bilionários cresceu de 45, em 2020, para 65, agora. No total, os brasileiros bilionários têm patrimônio conjunto de 291,1 bilhões de dólares, ou seja, 1,6 trilhão de reais. (Fonte: <https://economia.uol.com.br/> acesso em 17|04|2021).

Para refletir

O que mais nos chama a atenção nesses dados e informações? O que eles revelam?



Desestruturação do mercado de trabalho e a ação sindical

O desemprego e a informalidade, problemas mais conjunturais, vêm acompanhados de mudanças mais de fundo com vistas a desmontar as estruturas de proteção social e de regulação do trabalho construídas ao longo do século XX. As reformas trabalhista e previdenciária realizadas nos últimos anos com reação insuficiente da classe trabalhadora, estão em sintonia com a tendência neoliberal de dispor de uma força de trabalho desprotegida e fragmentada. Com essas reformas, os capitalistas preparam novas formas de dispor e gerir a força de trabalho, tais como a uberização do trabalho ou o chamado "capitalismo de plataformas".

As profundas e, algumas, irreversíveis transformações do capitalismo apresentam desafios também para a ação sindical, que nasceu e se fortaleceu em um contexto de forte industrialização em nosso país. Organizados por ramos profissionais bem estruturados, os sindicatos avançaram no contexto do sistema fordista de organização do trabalho. No entanto, começaram a sofrer reveses a partir da introdução de métodos de organização da produção e do trabalho implantados com o toyotismo.

As taxas de sindicalização são um sintoma dessa crise vivida pela ação sindical: em 2012, 16,1% das/os trabalhadoras/es ocupadas/os estavam sindicalizadas/os no Brasil. Conforme o IBGE, em 2019, esse contingente era de apenas 11,2% (aproximadamente, 2,5 milhões de trabalhadoras/es a menos sob a representação formal de sindicatos no Brasil).

Ao final de 2020, o Brasil possuía mais de 76 milhões de pessoas com idade ativa fora do mercado de trabalho, além de 33 milhões de trabalhadoras/es informais. Dentre os 52 milhões de trabalhadoras/es formais, numa análise otimista, é possível dizer que apenas 20% delas/es representam as/os sindicalizadas/os, que correspondem a 6% da força de trabalho brasileira.

Ao mesmo tempo, vemos coisas novas surgindo. Em várias partes do mundo, os governos começam a reconhecer um vínculo de emprego entre as/os trabalhadoras/es e as plataformas. É o caso do Reino Unido onde, recentemente, os tribunais trabalhistas decidiram pela classificação das/os motoristas da Uber como "trabalhadoras/es", uma figura intermediária entre empregadas/os e autônomas/os, em que se garantem alguns direitos, como o salário mínimo, férias e regras sobre jornada de trabalho. Outros países, como Alemanha, França e Portugal, já reconheceram, também, essa relação trabalhista.

No Brasil, a 14ª turma do TRT da 2ª região afirma que as/os entregadoras/es da Rappi não têm a proclamada autonomia e determina que a multinacional colombiana deve assinar a carteira das suas trabalhadoras e seus trabalhadores, garantindo assim os seus direitos trabalhistas. Como vemos, em algumas situações, o jogo está começando a virar a favor das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Vamos conversar:

1. A agenda sindical brasileira atende à realidade da crise, causada pela desindustrialização, automação, informalidade e precarização?



2. Como criar a desejada consciência de classe/coletividade numa sociedade que privilegia a competição, a hipocrisia da meritocracia, o individualismo e o sexismo?
3. Como a ação sindical deve se preparar para enfrentar os desafios do capitalismo uberizado?



A IGREJA NA DEFESA DA VIDA DA CLASSE TRABALHADORA

No curso sobre “o presente e futuro do trabalho”, organizado pela PO e a 6ª Semana Social Brasileira, em 2021, o professor e padre Elio Gasda, ao referir sobre a Bíblia e a realidade, destacou três situações muito importante:

1. A **Lei do Sábado**, descrita em Êxodo 20,1-11 e Deuteronômio 5,13-15, foi instituída em defesa do pobre e da terra. Tem uma função libertadora. Sua origem está ligada à libertação da escravidão do povo do Egito. De alguma forma estava conectada com o modo de produção tribal e buscava favorecer uma sociedade igualitária.
2. Por outro lado, o **Reino De Deus** é apresentado a nós por meio de um trabalhador, filho de uma família de trabalhadora. Jesus, segunda pessoa da Trindade, assume o trabalho como realidade e não como teoria. Em suas parábolas para explicar a gratuidade do Reino, Ele usa utiliza como símbolos as questões sociais da Galileia, dentre elas “os trabalhadores de uma vinha, a situação do desemprego e o salário justo”, em Mateus 20,1-16, na qual Jesus toma como exemplo uma relação em que o salário é determinado pela bondade do empregador e não pelo tempo de trabalho.
3. Ou aspecto, é apresentado pelo apóstolo Paulo, que além de se integrar solidariamente aos trabalhadores empobrecidos (cf. Atos 18,3) também defendia que todos deveriam viver dos frutos do seu trabalho (Cf. 2 Tessalonicenses, 3).

Dando continuidade à linha histórica de aproximação da teologia do trabalho, a partir das narrativas bíblicas, a Igreja Católica com a Encíclica **Rerum Novarum**, publicada pelo Papa Leão XIII, em 1891, se levanta em defesa da classe trabalhadora, num contexto de revolução industrial do século XIX, marcado por mudanças sociais e políticas que com implicações nos meios de produção e na vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Além de trazer um diálogo entre as classes sociais, foi usada na defesa dos direitos trabalhistas de modo geral. Se opõe ao trabalho infantil, defende a proteção das mulheres, o salário justo, a previdência social, férias, limitação no tempo de trabalho, seguro saúde, além de políticas de emprego e renda.

Também a Encíclica **Laborem Exercens**, de 1981, publicada pelo Papa João Paulo II, num contexto de subordinação dos países de terceiro mundo aos países de primeiro mundo, defendeu o trabalho como “chave da questão social” (LE 3). Destacou as situações sociais concretas e defende a subordinação da propriedade privada ao uso comum, à destinação universal dos bens (LE 15). Além de fortalecer o direito à associação (sindical) e à greve (LE 20), também evidencia uma “espiritualidade do trabalho” ao apresentar Jesus como “homem do trabalho”, que pertence ao “mundo do trabalho”¹.

A Constituição Apostólica **Gaudium et Spes**, do Concílio Vaticano II, nº 9, alerta: "O mundo atual apresenta-se assim simultaneamente poderoso e débil, capaz do melhor e do pior, tendo patente diante de si o caminho da liberdade ou da servidão, do progresso ou da regressão, da fraternidade ou do ódio. E a pessoa humana torna-se consciente de que a ela compete dirigir

¹ André Langer, *Laborem Exercens*: 40 anos, informativo “Trabalho em Pauta”, PO Paraná, 2ª Edição, setembro 2021.



as forças que suscitou, e que tanto o podem esmagar como servir. Por isso se interroga a si mesmo".

Com toda a certeza a realidade que a classe trabalhadora enfrentam nos dias atuais em plena pandemia, nos revela o que há de pior e também de melhor na sociedade. Por um lado, vemos o negacionismo e o projeto de morte das políticas econômicas do governo federal. Por outro lado, vemos o fortalecimento de redes solidárias e organizações populares que buscam soluções e reinventam-se.

O **Papa Francisco** aos Movimento Populares na Bolívia, em 2015:

“Todo trabalhador, esteja ou não no sistema formal do trabalho assalariado, tem direito a uma remuneração digna, à segurança social e a uma cobertura de aposentadoria. (...) Hoje, quero unir minha voz às suas e acompanhá-los nas suas lutas (p. 35)”.

O nosso Mestre foi aprendiz da consciência trabalhadora no chão da carpintaria do operário José, junto com os ensinamentos da líder comunitária de Nazaré, Maria, sua mãe. E agora nos desafia a com ele, aprender o valor, a dignidade e a alegria do que significa o pão fruto do próprio trabalho (Cf. Papa Francisco, *Patris Corde*, 2020, p. 20).

Assim, quando nos colocamos na realidade presente desta crise que é econômica, social, cultural e espiritual, pode constituir para todos um apelo a redescobrir o valor, a importância e a necessidade do trabalho para dar origem a uma nova “normalidade” em que ninguém seja excluído. “A perda do trabalho que afeta a tantos irmãos e irmãs e tem aumentado nos últimos meses devida à pandemia da Covid-19, deve ser um apelo a revermos nossas prioridades” (Cf. Papa Francisco, *Patris Corde*, 2020, p. 21).

Como diz o **Documento de Aparecida** (CELAM 2007): “o trabalho garante a dignidade e a liberdade do homem, e é provavelmente a chave essencial de toda a questão social. E o desemprego, a injusta remuneração pelo trabalho e o viver sem querer trabalhar são contrários aos desígnios de Deus. O discípulo e o missionário, respondendo a esse desígnio, promovem a dignidade do trabalhador e do trabalho, o justo reconhecimento de seus direitos e de seus deveres, desenvolvem a cultura do trabalho e denunciam toda injustiça” (nº 120 e 121).

Na Encíclica **Laudato Si**, o Papa Francisco nos diz: “Qualquer forma de trabalho pressupõe uma concepção sobre a relação que o ser humano pode ou deve estabelecer com o outro diverso de si mesmo” (nº 125). Por isso, a realidade atual de degradação da vida humana e ambiental, além do preocupante cenário da “uberização” das relações de trabalho, desordena a qualidade de vida, fere os direitos e coloca muitas/os trabalhadoras/es na condição, até mesmo, de extrema pobreza.

Na Encíclica **Fratelli Tutti**, vemos que é necessário pensar a participação social, política e econômica segundo modalidades “que incluam os movimentos populares e animem estruturas de governos (...) com aquela torrente de energia moral que nasce da integração dos excluídos na construção do destino comum” e, por sua vez, incentivar para que “estes



movimentos, estas experiências de solidariedade que crescem de baixo, do subsolo do planeta, confluam, sejam mais coordenados, se encontrem" (nº 169).

O tema Trabalho para a Igreja do Brasil

Seguindo a linha da teologia do Trabalho, a Igreja no Brasil já foi mais empenhada na defesa do mundo do trabalho. Basta olhar as campanhas da Fraternidade de 1991 e 1999, além da 1ª Semana Social Brasileira (1991), trouxeram explicitamente a discussão do Trabalho para o interno da Igreja.

Houve um distanciamento nas últimas décadas, todavia percebe-se uma disposição maior para tratar desse tema, nos últimos anos. Os posicionamentos, em notas e declarações, contrárias à reforma trabalhista (2017) e reforma da previdência (2019), evidenciam uma preocupação com a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras. Em 2017, 107 bispos se posicionaram contra a reforma e em favor da greve geral. Em 2020, 152 bispos assinaram a “carta ao povo de Deus”, com posicionamento crítico às políticas do governo Bolsonaro, e destaca: “as reformas trabalhista e previdenciária, tidas como para melhorarem a vida dos mais pobres, mostraram-se como armadilhas que precarizaram ainda mais a vida do povo”.

Nos últimos três anos, houve uma aproximação maior entre a CNBB e as Centrais Sindicais, intermediadas pelo Dom Reginaldo, como referencial da PO e do Mundo do Trabalho, membro da Comissão Episcopal para Ação Sociotransformadora.

A 6ª Semana Social Brasileira está contribuindo para colocar, novamente, o trabalho na pauta da Igreja. Percebemos que, em muitos regionais, mesmo com a presença da PO, a igreja fica à margem das reflexões sobre o mundo do trabalho. O pacto pela vida e pelo Brasil, também tem discutido assiduamente, questões do mundo do trabalho.

Diretrizes CNBB 2019-2023

As Diretrizes da Ação Evangelizadora no Brasil para o período de 2019-2023, incluem a preocupação com o mundo do trabalho dentre as questões centrais do mundo urbano:

“ao contemplar as cidades com inúmeros desafios, o olhar dos discípulos missionários identifica, de imediato, muitas formas de sofrimento, dentre as quais, a pobreza, **o desemprego, as condições precárias de trabalho** e habitação, a devastação ambiental, a falta de saneamento básico e espaços de convivência, a violência e a solidão” (CNBB, nº 30).

Destaca o esvaziamento dos valores do trabalho na sociedade capitalista, individualista e sem consciência:

“O trabalho, neste caso, é visto predominantemente como meio de se conseguir renda, desprovido de ética, de função social e até mesmo de



realização pessoal. Vive-se e trabalha-se, quando se consegue, de modo alienado, sem subjetividade significativa, finalmente sem espiritualidade” (CNBB, nº 63).

Consideramos que a parte do documento que melhor enfatiza a questão do trabalho e apresenta uma demanda efetiva, é a seguinte:

“a evangelização do mundo urbano não pode prescindir da questão do trabalho. ‘O trabalho humano é uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda questão social’ (*Laborem Exercens*, nº 3). A solidariedade com quem sofre as consequências do desemprego e do trabalho precário, é, pois, uma expressão importante de caridade, devendo se manifestar pela atuação organizada dos cristãos leigos e leigas” (CNBB, nº106).

E reconhece que devemos ser:

“voz a dos que clamam por vida digna. (...) Terra, trabalho e teto são as três palavras-chave, expressão das preocupações centrais do Papa Francisco com a situação dos excluídos do mundo contemporâneo” (CNBB, nº 185).

Apesar dos diversos documentos e posicionamentos da igreja institucional sobre o mundo do trabalho, a realidade do mundo do trabalho ainda representa um desafio para a evangelização no Brasil. Como vimos, o trabalho não é apenas uma “questão social”, mas é parte da nossa vida, constitui a nossa fé. Por isso, faz parte da teologia e espiritualidade cristã.

Vamos refletir

1. Quais são os valores éticos que nos mobilizam na luta pela vida e pelos direitos da classe trabalhadora?
2. O que no Evangelho, nos conclama a lutar por justiça e dignidade?
3. Como alimentamos a mística do Esperançar nestes tempos tão desafiadores?
4. Como temos contribuído com a realização da 6ª Semana Social Brasileira em nossas bases?



ORGANIZAÇÃO E LUTA POR TRABALHO E VIDA DIGNA

A Pastoral Operária

Como Pastoral Operária temos consciência que a nossa missão tem sentido na medida em que o trabalho for organizado de tal jeito que tudo esteja a serviço da vida da classe trabalhadora (cf. *Laborem Exercens*, nº 25).

A 19ª Assembleia Nacional indicou como prioridade a formação e a comunicação a serviço da classe trabalhadora. Esse período de 2018 a 2021 foi marcado por consequências das perdas de direitos da classe trabalhadora e aumento das desigualdades e pobreza.

A PO marcou posição junto à classe trabalhadora mais pobre, conforme mostra pesquisa da realidade feita para a assembleia anterior. Discutiu o tema a precarização do trabalho nos principais subsídios de formação. Publicou notas de posicionamento político frente ao desmonte de direitos e violências com a classe trabalhadora. Discutiu acidentes de trabalho desmistificando a falsa de que é “culpa da vítima”. Fomentou a economia popular solidária, com surgimento de novos grupos.

Mas, é fato que outros grupos encerraram atividades nesse campo. Fortaleceu as articulações regionais (norte/nordeste, sudeste e sul), resgatou grupos e articulações em locais que haviam desconstituído. Colaborou com organizações parceiras, como o Comissão Episcopal Pastoral para Ação Sociotransformadora – Pastorais Sociais da CNBB, a Rede Jubileu Sul Brasil, o Grito dos Excluídos, realizou Romarias dos trabalhadores e trabalhadoras em Aparecida, visitou grupos nas bases, animando a ação e formação.

Após a pandemia, a PO entrou num novo ciclo de articulação e formação. A dinâmica dos encontros virtuais possibilitou um ciclo de formação com maior abrangência das bases, em três níveis. Bem como um curso sobre “o presente e o futuro do trabalho” junto com a 6ª SSB. Discutiu a precarização do trabalho em diálogo com trabalhadores e trabalhadoras uberizados, informais, dentre outras categorias de luta como domésticas, serviço social, professores/as, bancários/as, enfermagem, entre outras. Colaborou com a distribuição de cestas básicas, produtos de higiene, limpeza e máscaras para enfrentamento à pandemia da covid-19 e a fome.

O objetivo da 20ª Assembleia Nacional é discutir a vida da PO, mas também aprofundar as questões da precarização do trabalho.

A PO hoje está presente em 15 estados brasileiro, sendo a região norte com 1 Grupo, a região nordeste com 19 grupos, a região sudeste com 61 grupos e a região sul com 10 grupos. (Obs. Há lugares que não são grupos constituídos, mas, núcleos, com referências que desenvolve o trabalho).

Demonstrativo dos grupos/núcleos de ação da PO no Brasil:



PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL

TEXTO-BASE DA 20ª ASSEMBLEIA NACIONAL

Região	Estado	Diocese	Municípios	Nº de grupos	%	
Nordeste	Ceará	Fortaleza	Fortaleza	2		
			Maracanaú	1		
		Itapipoca	Itapipoca	1		
	Maranhão	Imperatriz	Imperatriz	1		
		Bacabal	Pedreira	1		
	Piauí	Terezina	Terezina	1		
	Rio Grande do Norte	Natal	Natal	1		
		Mossoró	Mossoró	1		
	Paraíba	João Pessoa	João Pessoa	2		
		Campina Grande	Campina Grande	3		
		Guarabira	Guarabira	2		
	Pernambuco	Recife	Recife	1		
	Bahia	Salvador	Salvador	1		
sub-total				18	20%	
Norte	Amazonas	Manaus	Manaus	1	1%	
	Minas Gerais	Belo Horizonte	Belo Horizonte	1		
Leopoldina		Ubá	1			
		Cataguases	1			
		Mariana	Ponte Nova	1		
		Sete Lagoas	Pompeu	1		
		Ipatinga	Ipatinga	1		
		Diamantina	Pirapora	1		
		Montes Claros	Montes Claros	1		
		Uberlândia	Uberlândia	1		
		Campanha	Varginha	1		
São Paulo		Campinas	Campinas	2		
			Hortolândia	2		
		Campo Limpo	Campo Limpo	2		
		Guarulhos	Guarulhos	1		
Sudeste			Limeira	Limeira	1	
			Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes	3	
		Osasco	Osasco	1		
		Piracicaba	Piracicaba	1		
		Santo Amaro	Santo Amaro	1		
		Santo André	Santo André	1		
		São Miguel	São Miguel	1		
		São Paulo	Região Belem	1		
			Região			
			Brasilândia	1		
			Região Ipiranga	3		
			Região Lapa	1		
		Bragança	Atibaia	1		
Espirito Santo	Vitória	Cariacica	4			
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	22			
		Nova Iguaçu	1			



PASTORAL OPERÁRIA NACIONAL

TEXTO-BASE DA 20ª ASSEMBLEIA NACIONAL

			Duque de Caxias	1	
			Volta Redonda	1	
		sub-total		63	68%
Sul	Paraná	Curitiba	Curitiba	1	
		Ponta Grossa	Ponta Grossa	1	
		Paranaguá	Paranaguá	1	
		União da Vitória	União da Vitória	1	
	Santa Catarina	Joinville	Joinville	1	
		Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Porto Alegre	1
	Eldorado			1	
	Novo Hamburgo		São Leopoldo	1	
	Caxias do Sul		Caxias do Sul	1	
	Vacaria		Vacaria	1	
			sub-total		10
		TOTAL		92	100%

Observação:

Esse texto pode receber novas informações relacionadas ao tema. Caso tenha considerações, por favor, envie o texto de acréscimo junto com as respostas do questionário.